

ESCRavidÃO ANTIGA X ESCRavidÃO DA ÉPOCA COLONIAL

Na Antiguidade, em sociedades como a Grécia e Roma, a escravidão estava integrada à organização econômica e social, mas possuía características distintas da escravidão moderna. As pessoas escravizadas geralmente eram prisioneiras de guerra, indivíduos capturados em conflitos ou pessoas submetidas à servidão por dívidas. Nesse contexto, a condição de escravização não estava associada à ideia de raça ou origem biológica, mas à lógica política e militar da expansão territorial e da dominação entre povos. Embora submetidos a diversas formas de exploração do trabalho, alguns indivíduos escravizados podiam exercer funções domésticas, artesanais ou administrativas e, em determinados casos, conquistar a liberdade por meio da alforria. A escravidão antiga, portanto, estava vinculada sobretudo às relações de poder e às necessidades produtivas das sociedades escravistas clássicas, sem constituir um sistema estruturado de racialização permanente.

Além disso, nas sociedades antigas, a presença de pessoas escravizadas fazia parte do próprio funcionamento da economia e da organização social. Em Roma, por exemplo, grandes propriedades rurais — os latifúndios — utilizavam mão de obra escravizada na produção agrícola, enquanto nas cidades muitos escravizados atuavam como artesãos, professores, secretários ou administradores. Essa diversidade de funções demonstra que a escravidão antiga estava inserida em múltiplas dimensões da vida social. Ainda que se tratasse de um sistema profundamente desigual e violento, a condição de escravização não era necessariamente vitalícia em todos os casos, nem transmitida automaticamente aos descendentes. Em certos contextos, libertos podiam integrar a sociedade como homens livres, o que revela que a escravidão antiga operava dentro de uma lógica de dominação social distinta daquela que se consolidaria na modernidade.

Já a escravidão implantada nas Américas a partir do século XVI, durante o processo de colonização europeia, assumiu uma dimensão estruturalmente diferente. Integrada ao sistema colonial e à expansão do comércio atlântico, essa forma de escravidão baseou-se na captura, no tráfico e na exploração massiva de populações africanas. Diferentemente da Antiguidade, tratava-se de um sistema profundamente racializado e hereditário, no qual a condição de escravização era transmitida de geração em geração e associada à construção de hierarquias raciais que buscavam legitimar a dominação colonial. Nesse sistema, milhões de africanos foram deslocados à força através do Atlântico e inseridos em economias coloniais voltadas à produção de mercadorias para o mercado europeu, como açúcar, algodão, tabaco e café.

Essa forma de escravidão tornou-se um dos pilares fundamentais da formação do mundo moderno. A exploração do trabalho das populações africanas escravizadas contribuiu decisivamente para a acumulação de riquezas nas potências europeias e para o desenvolvimento do capitalismo mercantil. Ao mesmo tempo, para justificar esse sistema de exploração extrema, foram elaboradas teorias raciais que procuravam naturalizar a inferiorização dos povos africanos e legitimar a violência do regime escravista. A perspectiva decolonial, ao analisar esse processo, procura evidenciar como a escravidão colonial não foi apenas um sistema econômico, mas também um mecanismo de produção de desigualdades raciais e sociais que deixaram marcas profundas nas sociedades americanas.

Por fim, ao utilizar a expressão “pessoas escravizadas”, a historiografia contemporânea busca destacar que a escravidão não define a essência das pessoas, mas representa uma condição imposta por estruturas de poder. Essa mudança de linguagem reflete uma preocupação ética e analítica da história social e da história decolonial, que procuram recuperar as experiências, resistências e estratégias de sobrevivência das populações submetidas ao regime escravista. Quilombos, revoltas, fugas e diversas formas de resistência cotidiana demonstram que os africanos e seus descendentes não foram apenas vítimas passivas do sistema, mas sujeitos históricos que lutaram constantemente contra a violência da escravidão e contribuíram de forma decisiva para a formação cultural, social e econômica das sociedades americanas.